Inusitados ou habituais na História? "Agoras" como elementos permanentes de tempos de guerras

Unusual or common in History? "Nows" as permanent elements in times of war

10.29073/naus.v8i2.989

Recebido: 19 de maio de 2025.
Aprovado: 6 de outubro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Antônio da Silva, Universidade Aberta, Portugal, aczsilva18@gmail.com.

Resumo

O século XX esteve marcado por guerras e movimentos sociais tão intensos que Eric Hobsbawm o intitulou de "breve" (2017). Nos paradoxos de tempos belicosos e de conflitos sociais, a produção científica também esteve em ritmo marcados por "agoras". Tendo o contexto como eixo, esse ensaio propõe uma abordagem histórico-filosófica, destacando espaços temporais distintos e relativamente dependentes. Com metodologia qualitativa e escrita ensaística, o presente texto envereda por expressões da literatura e cinematografia. O ponto de partida é tomado a partir da obra de Susan Sontag (2007), qual seja, "haverá algum antídoto para a eterna sedução da guerra"? De cientistas a escritores e cineastas, os quadros de guerra e a análise sobre tempos históricos refletem sobre o estágio de reconhecimento e não reconhecimento de experiências humanas e sociais.

Palavras-Chave: Guerras; História; Século XX.

Abstract

The 20th century was marked by wars and revolutions so intense that Eric Hobsbawm referred to it as "short" (2017). Amid the paradoxes of wartime and social conflict, scientific production also moved at a pace shaped by urgent "now" moments. Taking context as its central axis, this essay proposes a historical-philosophical approach, emphasizing distinct yet relatively interdependent temporal spaces. Using a qualitative methodology and essayistic writing style, the text explores expressions found in world literature and cinema. The starting point is drawn from the work of Susan Sontag (2007), namely the question: "Is there any antidote to the eternal seduction of war?" From scientists to writers and filmmakers, depictions of war and reflections on historical times explore the tension between the recognition and non-recognition of human and social experiences.

Keywords: 20th Century; History; Wars.

> As guerras são agora também imagens e sons de sala de estar. A informação sobre o que está a acontecer noutro sítio, a que se dá o nome de "notícias", sublinha o conflito e a violência — If it bleeds, it leads ("se há baixas, há cachas"), reza a provecta divisa dos tablóides e dos programas noticiosos de vinte e quatro horas — que recebem em resposta compaixão, ou indignação, ou ex-citação, ou aprovação, à medida que cada notícia vai surgindo.
>
> Susan Sontag. Olhando o sofrimento dos outros. 2007.

> Se uma ordem social agrava permanentemente o catálogo das suas exigências e exclui cada vez mais seres humanos, tal constitui um indício de que ela atingiu os limites imanentes na sua constituição fundamental, como todo modo de produção e de vida.
>
> Robert Kurz. Poder Mundial e dinheiro mundial. 2015.

> O senhor considera-as um "horror e um nojo". Também nós as consideramos um horror e um nojo... A guerra, como diz, é uma abominação; uma barbaridade; deve a todo o custo pôr-se fim à guerra. E nós fazemo-nos eco das suas palavras. A guerra é uma abominação; uma barbaridade; deve pôr-se fim à guerra.
>
> Virginia Woolf. Os três Guinéus. 1938

Kurt Gödel, matemático nascido no Império Austro-Húngaro, é uma daquelas figuras inusitadas da História. Praticamente desconhecido para o público em geral[1] foi um dos mais célebres cientistas do século XX ao estabelecer — com Albert Einstein[2] e Werner Heisenberg[3] e David Bohm[4] — novos parâmetros para o conhecimento universal da Física, da Matemática e da Filosofia em interconexão.

A partir de sua teoria da incompletude, por exemplo, inseriu-se no debate sobre as possíveis implicações da teoria de Einstein se o tempo, em vez de ser relativo, existisse *per si*? É o que procurou elucidar em "Uma observação sobre o relacionamento entre a Teoria da Relatividade e a Filosofia Idealista":

> A existência de um lapso de tempo objetivo significa que a realidade consiste numa infinidade de camadas de "agora" que passam a existir sucessivamente. Mas se a simultaneidade é uma coisa relativa, cada observador tem o seu próprio conjunto de "agoras" e nenhuma dessas várias camadas terá o privilégio de representar aquele lapso de tempo objetivo. (1949, p. 561)

Este intervalo entre os "agoras", que rompe dialeticamente com as barreiras do singular, será o mote deste ensaio, pois é o que possibilita pensar a História em espaços temporais distintos e relativamente dependentes. Dito isto, compartilho duas fontes que, não obstante serem interdependentes para mim, intempestivamente abarcam o fenômeno atemporal da guerra ao relatar a odisseia de Okuzaki Kenzo, um ex-soldado sobrevivente da campanha imperialista do Japão no Pacífico (em particular na Nova Guiné), para despertar a sociedade japonesa de seu torpor, silêncio e amnésia coletivas provocadas pelas feridas (ainda não cicatrizadas) da Segunda Guerra Mundial.

A primeira fonte é a leitura de um pequeno, mas veemente livro de Susan Sontag (1933–2004) sobre o papel da comunicação social na propagação de imagens que valorizam a violência. Será que o objetivo, mesmo que indireto, é engendrar um sentimento de apatia/comedimento ou aversão crítica frente à barbárie que se perpetua nesta sociedade em que a valorização do valor é o seu sujeito automático?

Com sua incomparável narrativa, força poética na imensidão prosaica, Sontag nos conduz por uma insólita viagem sobre a história da guerra e suas consequências — "agoras" nem sempre visíveis e ou sentidas no "agora"

1Para os mais atentos talvez tenha ficado na memória (entre o trágico e a comédia) de um cientista que está a conversar com Einstein nos jardins da Universidade de Princeton e são abruptamente interrompidos por Oppenheimer. Neste encontro o teórico da relatividade (tempo e espaço) revela que Gödel está há dias num estado de paranóia alimentar, pois receia que as suas refeições estejam a ser envenenadas por algum espião russo (em "Oppenheimer", direção de Christopher Nolan, Oscar de melhor filme em 2023)

2Albert Einstein (1879–1955) provavelmente continua a ser o cientista mais conhecido e referenciado no Mundo. Nobel de Física em 1921, ele conseguiu despertar o interesse popular pelos estudos realizados no desconhecido (muitas vezes inalcançável) ambiente acadêmico. "O Mundo nunca tinha visto, e talvez nunca mais volte a ver, uma celebridade científica tão grande, uma estrela que por acaso também era ícone dos valores humanos" (Isaacson, 2008, p. 244) em sua insistente busca pela simplicidade, pelo belo, em tudo o que existe na natureza.

3Um dos mais renomados físicos do século XX, responsável pela criação do fundamental conceito de Princípio da Incerteza na Teoria Quântica, Werner Heisenberg (1901/1976) foi um dos pioneiros nos estudos da fissão nuclear na Alemanha durante a 2.ª Guerra Mundial.

4Nascido na Pensilvânia em 1917, David Bohn se tornaria uma das principais referências mundiais nos estudos sobre a Teoria dos Plasmas e Mecânica Quântica. Na Universidade de Princeton trabalhou, junto com Albert Einstein e J. Robert Oppenheimer, no Instituto de Estudos Avançados. Não obstante, após ser perseguido nos Estados Unidos nos sombrios anos do macartismo — teve que depor na Comissão de Atividades Anti-Americanas, perdeu o emprego e, para fortuna da ciência no Brasil, foi responsável pelo desenvolvimento do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IFUSP) na década de 1950.

— para tentarmos compreender o não assimilável: o aterrador sentido de desumanização que resulta dos conflitos propagados pela avidez humana.

Entre inúmeras manifestações deste "olhando o sofrimento dos outros" (título do livro) que perpassam por vários episódios da ininterrupta história das guerras — das gravuras de Francisco Goya sobre as invasões napoleônicas em Espanha ("Desastres de la Guerra", 1820) à correspondência ficcional de Virginia Woolf em "Os Três Guinéus" (1938) -, uma passagem que poderia passar despercebida no livro causou-me uma inexorável curiosidade.

Ao lançar a pergunta se "haverá algum antídoto para a eterna sedução da guerra" (2007, p. 128), Sontag estabelece uma ilação retórica, pois não há como se desvencilhar das consequências da barbárie sem enfrentar a irracionalidade deste sistema voltado à mercantilização da Vida. Portanto, como uma artista que enfrenta o caos com pinceladas intensas nos sombrios quadros de guerra, discorre acerca da dialética aceitação/oposição da condição humana ao dissecar as camadas infinitas dos "agoras".

Ao fazer menção às incertezas que pairam no horizonte dos povos encetados neste jogo de xadrez com a Morte destaca o

> Surpreendente documentário japonês, de Kazuo Hara, "O exército nu do imperador em marcha" (1987), o retrato de um veterano da guerra do Pacífico "perturbado", cujo fim na vida é a denúncia dos crimes de guerra japoneses através dos altifalantes instalados num camião que ele conduz através das ruas de Tóquio e fazendo visitas incomódas aos seus antigos oficiais, para lhes dizer que peçam perdão dos crimes cometidos, como o assassinato de prisioneiros americanos nas Filipinas, que eles ordenaram ou admitiram. (Op. Cit., pp. 128–129)

Na busca pelo documentário sou transportado para minha segunda fonte. O 19.º LEFFEST — Lisboa Film Festival, onde o encontro em exposição no ciclo temático "Looking for Homeland", curadoria de Alexey Artamonov, Denis Ruzaev e Ines Branco Lopez — que tem por objetivo provocar a reflexão sobre as contradições entre a utopia e a realidade ontológica do conceito de "homeland". Ou seja, a procura do "eu" por um lugar no qual os anseios de liberdade, justiça e igualdade de/para todos se contraponha aos interesses políticos, econômicos e sociais que atestam a proliferação de conflitos bélicos (em seus distintos matizes) como elemento-chave para manter a dinâmica do capital. Consoante os curadores: Acreditando que a dialéctica entre um tema e um meio dá origem a um potencial profundamente revolucionário para examinar a natureza de ambos, o ciclo temático "Looking for Homeland" destaca algumas das raras obras que realizam esse potencial (LEFFEST, 2019).

Deste modo, se descortinam as motivações e condicionantes históricos que levaram os distintos protagonistas destas odisseias peliculares a questionarem a legitimidade do Estado frente ao princípio de humanidade. No caso de Okuzaki Kenzo, a sua guerra pessoal contra o poder no Japão na figura do Imperador Hirohito.

O documentário de Kazuo Hara enfatiza os capítulos finais da história do ex-soldado. Sua jornada para encontrar *brothers in arms* na campanha do pacífico e exigir — literalmente pela força — sua retratação por crimes que estão para além da nossa vã compreensão. Ou seria melhor dizer das sequelas daquela insana desconexão relacional entre os seres humanos num Mundo determinado pelo valor na guerra das mercadorias?

O vazio cronológico, entretanto, torna o documentário impreciso àqueles que estão a acompanhar a purga espiritual proposta por Okuzaki ao promover a justiça com as próprias mãos. Todas as cenas são registradas no ritmo insano e sem qualquer interferência da câmara de Hara. Assim, o veredicto de que o trono japonês está manchado de sangue somente é possível através do uso da violência que, paradoxalmente, Okuzaki deveria combater.

> O dilema e a ironia para os espectadores deste documentário é que, sem usar a violência para fazer ex-oficiais confessarem, Okuzaki provavelmente não poderia revelar o fato de que dois de seus camaradas foram executados por seus oficiais 23 dias após o Japão se render oficialmente às forças aliadas. Embora

> eles tenham sido executados sob a desculpa de "deserção diante do inimigo", o verdadeiro motivo foi que eles se recusaram a participar do canibalismo em grupo na Nova Guiné durante a guerra. Os oficiais queriam silenciá-los para encobrir esse fato terrível. (Tanaka, 2019, pp. 42–43)

O preâmbulo desta história, não obstante, merece nossa atenção para tentar preencher os lapsos de uma verdade diluída em infinitas e sucessivas camadas do "agora" que não dão conta de representar o nosso tempo objetivo. O que Okuzaki vivenciou na guerra do Pacífico — fome, desilusão, não reconhecimento de sua humanidade e, literalmente, abandono por parte do Estado japonês — não deve ser somente diluído em sua resoluta convicção do livro bíblico[5].

> Okuzaki acreditava que sua idéia era absoluta e sempre correta, e eventualmente ele se viu como um mártir, que tinha o dever de seguir um chamado sagrado de seu "deus" (...) Assim, em dezembro de 1983, ele cometeu homicídio culposo novamente — matando um filho do ex-oficial que deu a ordem para executar os dois soldados acima mencionados. (Op. Cit., p. 43). (grifos meus)

A questão aqui, ampliada da perspectiva apontada por Virginia Woolf em "Os três guinéus"[6], não explora apenas o que pode nos levar a evitar a guerra. Mas, principalmente, quem e/ou quais pessoas devem ser responsabilizados por decretar a invasão, extermínio e destruição do Outro? Afinal, sob os auspícios do capital — independente de qual representação de governo o perpetra -, o *leitmotiv* é manter a irracional dinâmica da rentabilidade através do revigorar contínuo do complexo industrial bélico. "Após a guerra é como dizer antes da guerra, visto que o capitalismo significa, na sua essência, agressão, destruição e autodestruição" (Kurz, 2003).

Sim, a guerra, consoante a proverbial *si vis pacem para bellum*[7], há muito deixou de ser o caminho para paz. No moderno sistema produtor de mercadorias, a lógica de matilha — "o homem é o lobo do homem" (Thomas Hobbes) — conduzirá à punição derradeira. No entanto, não será o "moderno Prometeu" (acorrentado no axioma beligerante da paz) que sofrerá o castigo diário por sua ignomínia, mas os seus acólitos inconscientes. Isto porque, neste Mundo no qual a equidade se desfia na iniquidade, há vidas que não merecem ser vividas, e os milhares de soldados desconhecidos perfilam-se como almas decantadas a adentrar nos portais do Hades crentes na vitória enquanto são vítimas da tentacular necropolítica da acumulação do capital.

Okuzaki foi um destes soldados que embebecidos pela força divina de Hirohito deixou-se envolver acriticamente nas venenosas malhas do fascismo imperial. Convocado para o 36.º Regimento de Engenharia Independente (IER), ele testemunhou a malfadada campanha de expansão no Pacífico (Nova Guiné).

A missão, inicialmente voltada à construção de pontes e estradas, tornou-se um verdadeiro pesadelo quando os estrategistas do Império decidiram, literalmente, trocar os pés pelas mãos ao definirem — por meio do onisciente Quartel-Imperial — o reposicionamento das tropas sem conhecerem a geografia do lugar e, tampouco, sua inferioridade bélica e logística diante das tropas aliadas (em particular a artilharia área inglesa e a marinha norte-americana).

> Apesar desta série de colossais falhas estratégicas dos líderes militares japoneses e das pesadas baixas resultantes, menos de um ano após o início da guerra ninguém assumiu a responsabilidade. Na verdade, nem o Exército nem a Marinha jamais conduziram estudos sérios projetados para encontrar razões para essas falhas, e não fizeram nenhum esforço para aprender com elas. Pelo contrário, o Quartel-General

---

5A pena do assassinato é aqui proclamada: morte por morte. É a lei da retaliação. Aquele que priva outra pessoa de qualquer propriedade é obrigado a reparar o dano ou a sofrer a mesma perda. (Gênesis 9:5-6. Disponível em https://www.biblegateway.com/passage/?search=G%C3%AAnesis%209%3A5-6&version=ARC).

6Em junho de 1938, Woolf publicou as suas corajosas e incómodas reflexões sobre as raízes da guerra. Escrito durante os dois anos precedentes, quando ela e a maior parte de seus próximos e amigos escritores observavam assombrados os avanços da insurreição fascista em Espanha, o livro foi concebido como uma resposta bastante tardia à carta de um eminente advogado londrino que perguntara: "Na sua opinião como poderemos nós evitar a guerra?" (Sontag, 2007, p. 11).

7 "Se queres a paz, prepare-se para a guerra".

> Imperial continuou a fornecer informações falsas à nação sobre o estado da guerra. Esta total falta de senso de responsabilidade por parte das Forças Imperiais Japonesas estava intimamente interligada ao sistema do imperador. Sob a Constituição Imperial, o imperador, grande marechal das Forças Imperiais, estava completamente livre de responsabilidades mundanas, sendo "sagrado e inviolável". Como o chefe de estado e os militares estavam livres de qualquer responsabilidade de guerra, ninguém mais aceitou a responsabilidade também. (Tanaka, 2019, p. 11) (Grifos meus)

Dos quinze mil soldados que iniciaram a desastrosa campanha, apenas 20% foram resgatados; sendo a fome e as doenças tropicais que afetaram 70% do contingente expedicionário as principais *causa mortis*. Ente os sobreviventes estava Okuzaki que, a partir de então, iniciou uma imersão reflexiva e histórica sobre o poder (ainda) personificado na figura do Imperador em um país devastado pela guerra e completamente modificado na sua estrutura jurídica pela Constituição democrática de 1947[8] — imposta pelos Estados Unidos.

O despertar cívico, entretanto, ocorreu de forma exótica e merece uma digressão. Como aludido, Okuzaki já havia cumprido pena por assassinato. Foi neste período de alienação de liberdade que elaborou suas conjecturas sobre as idiossincrasias do poder e, por conseguinte, da presunção de inocência do Imperador frente a infâmia da guerra — as divindades não podem ser "julgadas" pelas mesmas leis que garantem a ordem social.

Quem ele matou e por quê? Para elucidar esta lacuna precisamos retornar a 1951, ano em que voltou do Pacífico e pode regressar às suas atividades anteriores a guerra.

Negociante de automóveis usados e vendedor de baterias, tentando se readaptar a vida civil e sanar as feridas não cicatrizadas[9], Okuzaki buscava comprar um imóvel que o atendesse na sua dupla necessidade: moradia, para sua esposa e ele mesmo, juntamente com local para comercializar suas mercadorias.

Aqui a ficção se confunde com a realidade e o "agora" se perde nas brumas do tempo. Okuzaki utilizou os serviços de um corretor de imóveis que, ao que tudo indica (mas não podemos confirmar) estava vinculado à Yakuza (organização criminosa transnacional originária no Japão do século XVII). O que poderia ser o prenúncio de uma redenção tornou-se um verdadeiro pesadelo. O corretor não entregou a documentação legal do imóvel e ficou com o dinheiro da venda. Revoltado, Okuzaki partiu em busca de esclarecimentos e acabou por esfaqueá-lo na discussão. O curioso é que, apesar de ter se entregado voluntariamente na delegacia e assumido a autoria do incidente, a justiça japonesa não foi leniente com o veredicto e ele foi condenado à pena máxima: 10 anos de prisão.

A sentença, sem qualquer atenuante, foi proferida porque no instante que Okuzaki estava a prestar esclarecimentos à polícia, o corretor de imóveis morreu no hospital convertendo (na perspectiva da promotoria) a ação de "aparente defesa" em uma clara intenção de homicídio premeditado.

> A surpresa e indignação de Okuzaki que, até aquele instante acreditava que as consequências da refrega não poderiam resultar em morte, o levou a se opor ao conselho de seu advogado em assumir uma postura humilde e de arrependimento para tentar obter um acordo e reduzir o tempo determinado em sentença. Sua indignação com o caso o levou a declarar — em auto e bom som para todos os presentes

8Apesar de ser promulgada em 03 de novembro de 1946, a Nova Constituição japonesa somente entrou em vigor seis meses depois em 03 de maio de 1947 (fonte: https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html).

9O que ele presenciou na guerra é difícil de descrever em palavras. São cicatrizes cravadas no mais profundo de sua mente, mais do que visíveis no próprio corpo. Okuzaki relatou incidentes que causam náuseas aos mais céticos. "Um porco selvagem mordendo um soldado doente que não conseguia mais ficar de pé; um colega soldado que perdeu a cabeça devido a um ataque com uma flecha envenenada; um soldado sofrendo de malária e fome implorando para matá-lo (Okuzaki havia se afastado e o deixado para trás); seu próprio senso de vergonha por ter chantageado membros da patrulha de reconhecimento de uma Companhia diferente para garantir provisões de comida para os soldados de sua própria Companhia. (Ver em Tanaka, 2019, p. 18).

> — que “este julgamento é uma farsa burlesca e os promotores e o juiz envolvidos deveriam ver o mundo real mais claramente”. (Okuzaki apud Tanaka, 2019, p. 21)

Retomando o fio à meada, no período que esteve em confinamento passou a dedicar-se aos estudos da história, filosofia, religião, política e leis para (tentar) compreender o cerne das atrocidades que ditaram os rumos da nação. O que, para ele, estava representado na figura do Imperador que, sob a insígnia de divindade, mantinha-se imaculado perante as mortes de milhares de soldados na Nova Guiné.

Em suas conjecturas, Okuzaki chegou a associar à estratégia expansionista japonesa a ideologia nazi-fascista que conduziu o Mundo para a II Grande Guerra.

> Ele percebeu que há muitos “inimigos do povo”, mas punir essas pessoas ou eliminá-las não resolveria o problema. Logo concluiu que o verdadeiro “inimigo do povo” é a estrutura social que continua reproduzindo pessoas más e problemas sociais, incluindo a guerra. Essa estrutura social é hierárquica, com o imperador residindo no topo e cada canto contaminado com sua autocracia. Aos seus olhos, esta natureza fundamental da sociedade japonesa não havia mudado após a derrota do Japão na guerra. Lei, política e religião ainda desempenhavam papéis vitais na manutenção da estrutura social desumana do país. Por conseguinte, advogados, políticos e líderes religiosos eram servos obedientes do Estado e não protegiam as pessoas comuns como Okuzaki. Assim, ele se tornou profundamente cético em relação ao sistema legal e político existente. (Op. Cit., 2019, p. 22)

O seu ceticismo com relação às normas não o impediu de empregar os mecanismos legais à sua disposição para questionar a própria magistratura. Entre inúmeras petições e demandas encaminhadas desde a prisão, destacamos a sua reivindicação de suspensão da pena de morte em telegrama enviado ao Ministro da Justiça. Okuzaki estava convencido que a morte por enforcamento — tratamento desumano que ainda vigora no Japão — é mais uma prova de que “as autoridades” não apreenderam nada com o recente passado histórico e, tal como em períodos de guerra (que se estendem nos espaços do “agora”), continuam a enviar seus cidadãos para os braços da morte sem qualquer compromisso ético ou reconhecimento moral da distinção de classes sob a régua dinástica.

Supondo que a letargia do povo era resultado da subserviência acrítica ao papel do Imperador, ele traçou um plano para reformular as bases da sociedade japonesa fundamentado no princípio da universalidade, igualdade e veracidade absoluta na qual o Estado estaria a serviço dos interesses reais da população e não o inverso. Destarte, ao restringir os poderes do imperador à vontade do povo, tal como consta no capítulo 1.º da Constituição, a soberania japonesa seria determinada pelo “horizonte do agora” democrático[10].

Okuzaki, à revelia da conjuntura internacional, pouco pôde fazer para além das investidas peticionarias questionando o sistema legal do país. Sendo um simples peão na cimentada hierarquia social japonesa remeteu à Justiça quase uma centena de “queixas”, sendo seis delas contra o sistema de poder imperial que, para ele, era a raiz de todos os males no país.

Em 1966, ao sair da prisão, mais uma vez retomou o rumo de sua incansável odisseia para expor as falácias do império. Agora com um diferencial no *modus operandis* (leia-se estratégia conceitual e tática operacional)

> Okuzaki raciocinou que "apesar do imperador ser o símbolo do mal na sociedade moderna (...) matar Hirohito por si só não resolveria o problema, a menos que a forma atual da sociedade, que continua produzindo novos imperadores, bem como características imperiais em vários lugares da sociedade, fosse fundamentalmente reformada". Portanto, ele não estava preparado para sacrificar sua própria

10Isto se, na essência, a Carta Magna não fosse um artífice do governo norte-americano para controlar o Estado japonês e, deste modo, assegurar seus interesses estratégicos na Ásia logo após o fim da II Guerra. Principalmente após a escalada da corrida armamentista (leia-se nuclear) avultada com o fenômeno da Guerra Fria em que a hegemonia do poder global estava em disputa com a URSS.

> vida por um ato tão fútil como matar Hirohito. Seu objetivo era ser preso e ter uma chance de deixar o povo japonês saber sobre sua "idéia de um novo mundo sem o sistema do imperador" (*Ibidem*, 2019, p. 26)

Com a aquiescência de sua esposa e revestido com as armas da comunicação social independente — uma camioneta da sua empresa com panfletos e megafones instalados — Okuzaki passou a percorrer as ruas de Tóquio a propagar os crimes do imperador contra a sociedade japonesa na campanha do Pacífico.

O ponto culminante desta campanha informativa foi o atentado ao imperador Hirohito em 02 de janeiro de 1969. Uma bizarrice existencial de um "agora" inacreditável, mas simultaneamente real no seu lapso de tempo objetivo. O fato ocorreu no jardim imperial, aberto à visitação pública para as celebrações do Ano Novo. Munido de um estilingue e algumas bolas de *pachinko*[11], Okuzaki queria chamar a atenção, ser indiciado (desta vez por desacato e não por assassinato) para no decorrer do julgamento denunciar publicamente o imperador Hirohito como o "maior assassino do país".

E assim foi. Após algumas tentativas e nenhuma reação dos seguranças no local, que estavam em estado de total incredulidade frente ao "atentado" com estilingue — e do próprio imperador que, junto a sua família, continuava a cumprimentar os visitantes como se nada tivesse ocorrido —, Okuzaki se entregou voluntariamente "a um dos policiais que se moviam freneticamente em volta da multidão; agarrou seu braço dizendo-lhe: fui eu quem atirou em direção ao imperador, vamos para delegacia de polícia" (*Ibidem*, p. 3). Sem dúvida, uma ação repleta de drama e comicidade que nada ficou a dever às comédias produzidas pelos estúdios da Keystone nos anos 1920.[12]

Na manhã seguinte ao "atentado", excluindo o *Mainichi Shimbun* que enfatizou que Okuzaki era um dos sobreviventes na campanha da Guiné, os demais jornais noticiaram em suas primeiras páginas que ele sofria de alguma doença mental, com possível transtorno de personalidade e lapsos de memória.

Entretanto, se a história se repete na farsa, desta vez ela escolheu Okuzaki para Cassandra. Ele sofreu todas as formas de pressão para tornar ineficazes suas reivindicações para tornar Hirohito réu por crimes de guerra. Inicialmente, com as extenuantes avaliações psicológicas — foram três meses até ser considerado apto para enfrentar o julgamento e expor sua denúncia publicamente. Depois, com as constantes investidas dos juízes e dos promotores no decorrer do processo para dificultar-lhe o trânsito legal[13].

O julgamento de Okuzaki, não obstante, tornou-se o primeiro caso na história judicial japonesa no qual um civil questionou os alicerces do império: o poder divinal.

> Este julgamento é aparentemente o primeiro e até agora o único caso a envolver o imperador pessoalmente sob a nova Constituição e após a abolição de *lesa-majestade* em 1946. Os promotores acusaram Okuzaki de cometer um crime de agressão contra o imperador. *Um crime de agressão* é legalmente definido como um crime cometido contra "uma pessoa natural" e, portanto, o imperador também deve ser considerado uma pessoa natural, ou seja, um indivíduo, igual a todos os outros cidadãos japoneses. Caso contrário seria uma violação do Artigo 14 da Constituição do Japão. No

---

11É um jogo de entretenimento praticado em máquinas que, em vez de premiar com dinheiro, entrega aos vencedores bolinhas de prata que se assemelham aquelas utilizadas nos antigos jogos de fliperama. A diferença é que as bolas podem ser comutadas posteriormente por dinheiro, pois valem entre 1 a 4 ienes. (Fonte: https://coisasdojapao.com/2017/07/apostas-no-japao-ja-ouviu-falar-em-pachinko-jogo-de-azar/).

12O estúdio, fundado em 1912 por Mack Sennett, representa a Era de Ouro do cinema mudo norte-americano. Possuía um elenco com as maiores estrelas do período, de Charles Chaplin e Buster Keaton a Mabel Normand e Harold Lloyd. Os *keystone cops* eram a marca registrada do estúdio, filmes de perseguição em que atrapalhados polícias eram ludibriados pela agilidade mental e física dos protagonistas.

13Inúmeras foram as artimanhas empregadas, mas gostávamos aqui de enfatizar uma que fere todo processo legal e torna a decisão do tribunal digna de suspeitas sob o cumprimento real de justiça. O julgamento foi concluído da mesma forma que iniciou, ou seja, *sem identificar o nome da vítima do crime, sem apresentar o depoimento da vítima e sem interrogar as testemunhas solicitadas pelo acusado.*

> entanto, na acusação, o nome pessoal do imperador "Hirohito" nunca foi mencionado, e apenas o termo "Imperador" foi usado. Em outras palavras, o imperador era considerado uma espécie de "criatura divina" e não como "uma pessoa natural". Era e ainda é um costume no Japão não mencionar o nome pessoal do imperador em público, incluindo jornais e revistas, porque chamar o imperador pelo seu nome pessoal é considerado descortês. (*Ibidem*, 2019, p. 30)

Um caso *sui generis*, uma espécie de alegoria kafkaniana na qual a ficção se confunde com a realidade. Isto porque, nos labirintos da justiça japonesa, Okuzaki estava mais para o agrimensor K de "O Castelo" (1926) do que Joseph K em "O Processo" (1925), considerando que o primeiro apenas queria o reconhecimento de sua humanidade e, portanto, de seus direitos naturais, enquanto seu homônimo sucumbiu ao peso do poder e ao desengano do insano veredicto final.

Não há dúvida, Okuzaki perdeu duplamente. No julgamento e na temperança, pois mesmo não retornando ao cárcere[14], suas iniciativas de desnudar as contradições do poder no Japão foram desacreditadas pelo Estado e suas instituições. Este é personagem retratado no documentário "O exército nu do imperador em marcha". Um samurai destroçado pelas próprias convicções que, após mais de uma década, ainda tenta desesperadamente alcançar uma consolação para sua infrutífera arguição contra a divindade do imperador.

Ainda imprevisível e "agora" mais irascível, ele retoma sua odisseia para abordar, em início dos anos 1980, ex-soldados e oficiais responsáveis na linha de comando sobre a distinção de culpa daqueles que, à sombra do imperador Hirohito, conduziram à morte dois colegas que se recusarem a participar de canibalismo no final da guerra.

Sob as lentes impassíveis e neutras do diretor Kazuo Hara, temos o confuso privilégio de testemunhar, entre as inúmeras camadas do "agora", o desvendar desta história.

> Okuzaki captura nada menos que nove soldados daquela antiga unidade da Nova Guiné e interroga-os sobre o seu papel na execução dos dois jovens soldados. Alguns dos soldados estão velhos, parecem demasiado inofensivos e vivem suas vidas em mangas de camisa no interior do Japão quando Okuzaki faz as suas visitas inesperadas e indesejadas. (Gill, 1988, p, 28)

No ápice do documentário acompanhamos Okuzaki se defrontar com o velho capitão do regimento, o veterano Koshimizu, que seria o responsável por ordenar a execução dos soldados refratários — Yoshizawa e Nomura. Utilizando as tangerinas que estavam numa fruteira próxima aos dois, Okuzaki reconstrói a cena do fuzilamento, sendo cinco para o pelotão de execução e duas para as vítimas. Insere, no limiar entre encenação e a realidade (ou representação da realidade?), uma oitava tangerina para elucidar o papel decisivo de Koshimizu. Este, como a morte dos dois soldados não foi imediata, ainda foi o autor dos dois disparos que encerraram o ato punitivo.

> A tangerina é Koshimizu, mas em certo sentido também é Hirohito, pois é o alvo final da lógica implacável de Okuzaki. Como ele próprio grita: "Não são os soldados que cometeram estes pecados que devem ser punidos, mas sim o Imperador Hirohito, que era o Comandante Supremo do Exército Japonês." Afinal, não importa o que se pense sobre o homem Hirohito, o seu papel público era conquistar a glória da vitória e o poder total. Quando a situação se inverteu, as regras do jogo foram alteradas, de modo a que o castigo e humilhação, as consequências naturais da sua posição e ações, foram evitadas. (Op. Cit., 1988, p. 29)

---

14 Okuzaki foi condenado a um ano e meio de prisão. Todavia recorreu da decisão e, mesmo não tendo sido aprovada sua mais contundente apelação — o caso ser considerado de lesa majestade explicitava a contradição vigente no capítulo 1 da Constituição -, ou talvez por isto mesmo, o Tribunal subtraiu da pena o período em que esteve em detenção preliminar, mais o tempo dedicado para avaliação psíquica, e ele foi libertado imediatamente.

Toda esta loucura, na alegoria pelicular, suscita uma grande questão: Okuzaki ao enfrentar Hirohito partiu de um princípio moral para imputar ao poder divinal do Estado a humilhação de um povo inteiro aos crimes de guerra ou apenas consagrou à barbárie mais uma ramificação de sua própria violência?

Sem querer eximir o "imperador" de sua responsabilidade, a Constituição japonesa atesta minha assunção, Okuzaki é que desperta minha curiosidade sobre a irracionalidade sistêmica em comutar ao primado da política a essência da mercadoria utilizando a "justiça" como meio para alcançar tão irracional fim. Ao ser convocado para campanha do Pacífico, ao se defrontar com a realidade e sofrer as agruras das decisões inconsequentes de seus superiores, poderia recusar-se a executar qualquer ordem que estivesse em contradição aos princípios morais.

Seria alienado de suas funções, possivelmente punido, mas manteria o objetivo de sua resistência: a desobediência civil como eco para outras ações similares que conduziriam, pelo menos em tese, ao triunfo da justiça. Não é a resistência por si mesma que determina o valor de uma ação, mas a sua necessidade moral em desvendar os embustes do poder, mesmo que ela *per si* não consiga interromper as atrocidades cometidas.

Suas ações, parafraseando Sontag, poderiam não ser relevantes para a extremamente necessária reforma e democratização do Império. Tampouco o ressentimento com a memória da guerra (2011, p. 205). Entretanto, "se a simultaneidade é uma coisa relativa, cada observador tem o seu próprio conjunto de "agoras" e nenhuma dessas várias camadas terá o privilégio de representar aquele lapso de tempo objetivo"; quem somos nós, que nunca vivenciamos nada de semelhante ao que milhões de soldados sofreram no "coração das trevas", para julgar algo que (no fundo) não compreendemos?

> Ao tomarmos consciência de nossa impotência diante da realidade opressiva que nos rodeia, as palavras de Sontag se ampliam e são ecoadas na infinitude do pensamento. "Nós" — este "nós" são todos aqueles que nunca viveram nada de semelhante àquilo por que eles passaram — não compreendemos. Não entendemos. Não podemos realmente imaginar como foi. Não podemos imaginar como a guerra é terrível, como é aterradora; e como se torna normal. Não podemos compreender, não podemos imaginar. (2007, p. 131)

Podemos, não obstante, acreditar que histórias como a de Okuzaki devem ultrapassar as fronteiras do "agora" para, quiçá num lapso de tempo, deflagrar políticas de resistência ao nível mundial contra a guerra e seu principal mote — a manutenção irracional do processo de acumulação de capital por meio do complexo industrial bélico.

Afinal, como infortunadamente nós sabemos, a guerra se retroalimenta da barbárie e devora os seus filhos/as (como o deus Chronos) para dominar corpos e mentes enquanto dissemina a psicose social em todos os rincões do planeta. Não é determinismo de um tempo específico, mas parte da História contemporânea. O alerta da incompletude foi acionado, "se não aqui, será além. Se não agora, será em breve. Algures como também aqui" (Sontag, 2011, p. 2010) se não quisermos ser apenas mais uma nota de rodapé inusitada no tempo do nada objetivo. As guerras seguem firmes no primeiro quartel do século XXI e configura-se com cariz econômico, mas também cultural, banalizado e integrado aos "folegos" das crises do sistema.

Referências

Artamonov, A., Ruzaev, D., & López, I. B. (2019). *Ciclo temático Looking for Homeland*. In LEFFEST — 19.º Lisboa Film Festival. https://leffest.com/seccoes/looking-for-homeland

Gill, T. (1988). Tearing out the true: Okuzaki Kenzo's crusade. *Japan Asia Quarterly Review, 20*(3), 27–29. https://libcom.org/article/okuzai-kenzos-crusade

Hara, K. (Director). (1987). *The emperor's naked army marches on* [Filme].

Hobsbawm, E. J. (2017). *Era dos extremos: O breve século XX: 1914–1991*. Companhia das Letras.

Isaacson, W. (2008). *Einstein: A sua vida e universo* (Â. S. Pereira, Trad.). Casa das Letras. (Trabalho original publicado em 2007)

Kurz, R. (2003, abril). *Abaixo de toda a crítica: A esquerda, a guerra e a ontologia capitalista* (L. Nahodil, Trad.). Krisis. https://www.marxists.org/portugues/kurz/2003/04/abaixo.htm

Schilpp, P. A., & Gödel, K. (1949). *A remark about the relationship between relativity theory and idealistic philosophy*. Harper & Row.

Sontag, S. (2007). *Olhando o sofrimento dos outros* (J. Lima, Trad.). Gotica.

Sontag, S. (2011). *Ao mesmo tempo* (J. Lima, Trad.). Quetzal.

Tanaka, Y. (2019, outubro 15). "Yamazaki, atire no Imperador Hirohito!": Ação legal de Okuzaki Kenzo para abolir o Capítulo I da Constituição (O Imperador) do Japão. *Asia-Pacífico Journal (Japan Focus)*. https://apjjf.org/2019/20/tanaka

Woolf, V. (1986). *Three Guineas*. The Hogarth Press.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.